

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 116

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Pupprio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
31 DE AGOSTO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1645

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão

de hoje, voto de congratulações ao desembargador Jair Ramos Braga, alusivos a sua posse no egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ocorrida na data de ontem.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada àquele pretório.

Sala das Sessões, em 31.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1649

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Walter Schimit e Geni Ribeiro Schimit, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 31.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao desembargador Jair Ramos Braga, alusivos a sua posse no egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ocorrida na data de ontem.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada àquele pretório.

Sala das Sessões, em 31.08.2000.

(aa) CAÍTO QUINTANA
HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve, o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido do senhor Abinel Dias Miranda, residente à Rua Pedro do Rosário, 1007 - Jardim Guaraituba, que pede

providências quanto a iluminação pública deste bairro, tendo em vista que muitas lâmpadas encontram-se queimadas, há muitas valetas onde o esgoto corre à céu aberto e as ruas estão em péssimo estado de conservação, repletas de buracos. A comunidade vem sofrendo vários transtornos pelos problemas acima citados, motivo pelo qual pede-se urgência na solução dos mesmos.

Sala das Sessões, em 31.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1647

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Laura de Mello, residente à Rua Deputado Deoclécio Valente nº 454 - bairro Guaraituba, que pede providências quanto a uma valeta formada pela erosão, sita bem no ponto de ônibus da Estrada da Ribeira, em frente à Igreja Santa Terezinha. Ao chover, essa valeta torna-se um rio, prejudicando os usuários de ônibus, pois para o embarque nos mesmos, têm que se deslocar até o meio da rua. Além dos transtornos, correm o risco de acidentes. A situação piora para os usuários de baixa estatura, crianças e idosos que sentem muita dificuldade para o embarque. Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 233-4721 (comercial).

Sala das Sessões, em 31.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1648

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Lúcia Maria Pio, residente à Rua Atalaia nº 1.668 - Jardim Weissópolis, que pede providências quanto ao buraco existente na esquina da rua em que reside com a Rua Ivaí. Há três meses que o buraco encontra-se aberto, cada vez maior e causando uma série de transtornos, tanto para os motoristas, quanto para os pedestres. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 667-6982.

Sala das Sessões, em 31.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 288/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual a Associação de Moradores José de Anchieta, com sede no município de Jardim Alegre - PR, e foro no município de Ivaiporã.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Associação de Moradores José de Anchieta, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos ou religiosos.

A referida Associação vem desenvolvendo ações de relevante teor social, tais como: atividades recreativas, sociais, esportivas, palestras educativas sobre os mais variados temas de interesse da comunidade.

Todas estas realizações promovem a melhoria da qualidade de vida da população atendida, evitando desta forma a potencialização de vários problemas sociais.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente coma palavra o deputado Orlando Pessuti (**Declina**)

Segundo orador inscrito o senhor deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, não usar a tribuna hoje para falar da triste notícia que hoje nós observamos nos jornais onde a Copel irá reajustar a energia elétrica do povo do Paraná em mais 18% a partir do dia 1º de setembro. Segundo o governo não vai ser aplicado o índice rapidamente porque naturalmente nós vamos ter eleições e isso pode causar prejuízos aos candidatos apoiados pelo governador Jaime Lerner. Mas com certeza na sequência a Copel irá reajustar as tarifas em 18% a energia elétrica.

No início do mês nós denunciemos aqui da tribuna da Assembléia o reajuste de 15.41 das tarifas de energia elétrica no Paraná, e em um mês após o governo ter reajustado as tarifas de energia elétrica, já com tanta ansia, com tanta voracidade, já se anuncia que nos próximos dias a energia elétrica terá mais 18% de reajuste no Paraná.

Não vou falar sobre isso senhor presidente. Quero falar aqui, vamos abordar a questão do reajuste das tarifas numa outra oportunidade. O que é preciso é alertar o povo do Paraná sobre os serviços do governo, que o governo deveria prestar a nossa sociedade, visando melhorar a qualidade de vida do nosso povo, e o governo não presta, e quando presta procura prestar um serviço caro, quase inacessível para o conjunto da sociedade paranaense, sobretudo para os mais pobres, os mais enfraquecidos e os menos protegidos pela sorte.

Agora, um fato que me causou apreensão foi de verificar hoje na imprensa do Paraná que o presidente do Banestado, deputado federal Reinold Stephanes, declarou que é contrário a venda do Banco do Estado do Paraná antes da venda do Banespa. Ontem o Supremo Tribunal Federal derrubou três liminares que impediam a comercialização, ou leilão do Banespa, Banco do Estado de São Paulo que hoje é federalizado. Com isto o processo de venda do Banespa voltou a sua normalidade marcado já para o mês de novembro. E o mundo econômico, os setores econômicos do Brasil, os entendidos nessa área sabem, dizem e anunciam que é um erro estratégico do governo do Paraná vender o Banestado antes de se consumir a venda do Banespa.

O presidente do Banco do Estado do Paraná, uma voz destuante do governo do Paraná anunciou ontem que ele acha um erro do governo do Paraná a venda do Banestado antes da venda do Banespa. Então, isso é muito grave para nós, não sabemos, não entendemos porque o assodamento do governo Jaime Lerner em se desfazer de um patrimônio que está dando lucro, como é o caso do Banestado, e se isso não bastasse da forma tão rápida, tão emergencial, talvez seja para resolver o problema das ações da Copel, que hoje, o Jornal Folha do Paraná, na página de economia diz na sua manchete: “O Paraná precisa de 415 milhões até o fim do ano para não perder as ações da Copel, que foram colocadas em cauções, em empréstimos junto ao Banco do Estado para resolver o problema dos títulos podres comprados pelo Banco do Estado do Paraná junto ao governo de Alagoas e de Santa Catarina, e da prefeitura de Osasco, em Guarulhos, no interior de São Paulo, uma vez que o problema dos títulos do governo de Pernambuco já foi resolvido. Quer dizer, hoje existem 415 milhões em ações da Copel calcionando o rombo dos títulos podres comprados pelo Banco do Estado do Paraná, porque esta dívida foi assumida pelo governo do Paraná. E aí nós começamos a ver uma luz no fim do túnel, esse assodamento, esta rapidez do governo do Paraná mesmo contrariando o próprio presidente do Banestado, o experiente deputado federal, ministro da Previdência Social, Reinold Stephanes, seja exatamente para resolver o problema de caixa do governo e não permitir a perda do controle acionário da Copel, porque segundo economistas que declaram ao Jornal Folha do Paraná: Se o governo perder as ações da Copel corre o risco de perder a maioria, o controle acionário daquela empresa pública, então, começam a entender, a perceber a gravidade do problema. E por que o governo Jaime Lerner que tem essa vontade terrível de vender o patrimônio do Paraná, parece que está em liquidação o nosso Estado, e liquidação que se venda pelo pior preço que se ofereça no mercado. O querer é lucro pensam esse governo que aí está.

E eu não sou amargo, deputado Valdir Rossoni, como Vossa Excelência falou ontem, eu às vezes sou amargo quando vejo e me sinto impotente para defender

os interesses do Paraná, uma frustração grande toma conta do meu coração. Quando vejo as coisas do Paraná sendo tratadas com desleixo, com falta de seriedade, e o Paraná em liquidação, como está hoje. O governo Jaime Lerner colocou o nosso Estado em liquidação, pura e claramente.

Então, senhor presidente, eu uso a tribuna hoje como disse no início, não é para falar sobre o aumento da energia elétrica de 18% que o governo vai oferecer nas tarifas, já rapidamente, autorizado pela agência nacional de energia elétrica, deputado Pessuti, 18%, não é, mas é para falar do assodamento do governo do Paraná em liquidar com o nosso patrimônio, em vender o Banco do Estado do Paraná, e segundo os analistas econômicos, volto a repetir aqui da tribuna desta Assembléia, para que fique pelo menos registrado nos Anais da história, para que fique aí grifado a voz dessa pessoa do interior do Estado, que não se cansou de vir aqui, muito embora saiba que a voz não sai do concreto armado, muito embora saiba que essa voz se emudece, já a partir desse concreto que nos cerca aqui, senhor presidente.

Mas este deputado lá do interior quer que fique ali registrado nos Anais da História o nosso grito de inconformismo, a nossa voz que é a voz do povo do nosso Estado, que conclama e grita, quero dizer “não” à liquidação que se faz no nosso Estado do nosso patrimônio. Liquidação irresponsável que o governo Jaime Lerner patrocina.

O Banco do Estado do Paraná avaliado o seu patrimônio em 473 milhões de reais, segundo os analistas econômicos: “se for vendido antes do Banespa o ágio que poderá se ter em relação a essa comercialização será bem menor do que poderia ter se fosse vendido o Banco do Estado após a venda do Banespa”.

Quero dizer aqui para que fique muito clara a nossa posição que nós somos contra a venda do Banco do Estado do Paraná, como achamos injustificável a venda do banco. Essa ferramenta fantástica do governo para fomentar o nosso desenvolvimento, a agricultura, a indústria e o nosso crescimento. Somos contrários, mas já que o governo não abre mão de liquidar com o nosso patrimônio aprovado por esta Casa, então que faça na forma responsável, olhando os sagrados interesses do povo do Paraná. Que venda, já que quer vender! Tem autorização para vender, mas que faça um bom negócio aos interesses do nosso povo. Não venda da forma mais irresponsável como se pretende e vamos ouvir aqui o presidente do Banco.

O deputado Renhold Stephanes que diz: “A melhor estratégia de venda do Banco do Estado é para depois da venda do Banespa”.

Quero deixar registrado aqui o pronunciamento do presidente do Banco do Estado que dizem que ontem foi a Brasília falar com o Banco Central para expor a sua opinião, no sentido de justificar que estrategicamente o Banco do Estado, o Banco do Povo do

Paraná, não pode ser liquidado antes da venda do Banespa.

Concedo o aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Quero dizer que não vou entrar em detalhes em seu posicionamento, é um direito seu. Discordo de tudo que Vossa Excelência disse aí.

Mas quero me manifestar sobre uma situação que li nos jornais de hoje, a declaração do presidente do Banestado que é subordinado ao secretário da Fazenda e ao governador Jaime Lerner. As decisões de privatização do Banestado é um acordo que existe com o Banco Central, que deve ser obedecido. As declarações do presidente do Banestado hoje foram lastimáveis. Se fosse presidente do Banestado hoje, pediria a conta para dar essas declarações. Porque ele poderia dar essas afirmações internamente, dentro do banco, nas reuniões de diretoria e não da forma como ele está fazendo. Ele está sendo desleal à administração do Jaime Lerner. Porque nós não estamos privatizando o banco porque queremos, mas porque somos obrigados. Ele sabe mais do que isso.

O que ele está querendo fazer agora, é querer fazer média com o cadáver e, este infelizmente não tem retorno.

Desculpe-me o aparte e agradeço o aparte que Vossa Excelência me deu.

O SR. NEREU MOURA

Vossa Excelência não precisa pedir desculpa, eu respeito a sua opinião. Agora, acho que o criminoso nessa história não é o presidente do Banco do Estado. Ele está defendendo os interesses do povo do Paraná. Acho que quem tinha que ser demitido não é o presidente do Banco do Estado do Paraná. Até, diga-se de passagem deputado Valdir Rossoni, não tenho muita simpatia pelo Banco do Estado do Paraná porque acho que não foi bem quando ministro da Previdência Social. Era muito arrogante, era muito prepotente. Agora, nesse episódio ele está defendendo o povo do Paraná, quem não está é o secretário da Fazenda e o governador Jaime Lerner. Esses não estão. Esses estão jogando contra o patrimônio. Há um interesse do povo do Paraná que é povo!

“Esse é o povo do Paraná, não tem problema nenhum. Vendemos a Copel, vendemos a Sanepar, vendemos o Banestado, doamos a Ferroeste. Não tem problema nenhum, o povo continua no mesmo trilho”. Infelizmente. É esse o pensamento que existe no nosso Estado. E aí, então, fica clara a posição do presidente do Banco do Estado do Paraná, que teve a coragem e o peito de colocar com clareza a sua posição na defesa do patrimônio do nosso Estado. E aqui vai. Quero parabenizá-lo, como disse não tenho simpatia por ele, mas acho que o homem público tem que ter mais humildade, tem que saber ouvir. Não pode ter tanta prepotência e arrogância como ele teve quando foi ministro e por isso não se reelegeu como deputado Federal. Mas, neste episódio, tem o nosso apoio, a

nossa veemente defesa e acho que está zelando pelo patrimônio do povo. Querendo fazer um bom negócio para o povo do Paraná. E a história vai dizer, a história vai dizer que o correto não é vender o banco, mas se tiver que vender que se faça um bom negócio e se venda olhando os sagrados interesses do povo do Paraná que deve ser o caminho percorrido, neste instante, pelo presidente do Banestado o senhor Renhold Stephanes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças. No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

O episódio da venda do Banestado está estampado no ágio pretendido no lance inicial a ser oferecido. Sabemos de antemão de que um dos maiores Bancos Nacionais que é o o Bradesco, está na ponta dos interessados e mais de perto para ser ele a instituição que vai privatizar o Banestado.

Sabemos também, senhor presidente e senhores deputados, de que a compra do Banco nesse lance inicial a ser oferecido é quase igual ou semelhante ao roubo que fizeram no Banestado Leasing. Se vermos os números e já falei em outra oportunidade: entre o Tribunal do Trabalho em São Paulo - pelo seu presidente, que agora no mundo todo é entre os dez mais procurados pelo desvio de cento e poucos milhões de reais. Calculem os senhores quem desviou mais de quatrocentos e poucos milhões que é o valor do Banco e foi desviado no nosso Estado.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, imprensa. Quero dizer que na privatização - quem comprar, vai abater as dívidas dentro do seu patrimônio no inventário a ser oferecido pelo Banco do Estado.

O Banco Central - que parece que é a mãe do sistema financeiro desta Nação -, é aquele que joga contra a economia nacional, produtiva, aquele que não ampara a indústria, aquele que desativa o comércio nacional, aquele que não oferece oportunidade alguma a quem queira trabalhar nesta Nação. O Banco Central, isso sim, se centraliza no sistema financeiro e no oferecimento, principalmente de fazer com que quem não trabalhe, especule, quem tem dinheiro é quem leva a situação caótica em que se encontra toda a Nação Pátria.

Falei antes de ontem e volto a falar hoje do dia 02 de setembro ao dia 7, que é a Semana da Pátria, a Igreja Católica vai fazer um plebiscito em todo o solo brasileiro para saber entre a vida e a dívida, entre a dívida e a vida. E voltando a reprisar entre a vida e a dívida externa deste País, o que é feito em favor da Nação Brasileira?

Tivemos, senhor presidente, senhores deputados, presidentes eleitos que foram referendados pelo povo, que o povo os escolheu. Mas, tivemos também, senhor presidente, senhores deputados, presidentes impostos que através de vontade própria, sem consultar a quem quer

que seja, fizeram empréstimos em nome de grupos, em interesses que não eram da Nação Brasileira. E aí é que entra aquilo que queremos e desejamos é mostrar ao povo brasileiro de que alguma coisa está errada, como neste momento estamos mostrando, não que não entendemos muito do sistema financeiro, mas que aprendemos um pouco daquilo que é bom e que é mal para a família do Brasil e do Paraná estampados hoje através das palavras do presidente do Banco, que referendamos, que aplaudimos e que nós, realmente estamos sensibilizados pela postura que ele toma, mesmo contra o secretário de Finanças, mesmo contra quem o nomeou, que foi o governador Jaime Lerner. Acho que o bom amigo, nós que ocupamos uma função executiva, o bom amigo, o bom aliado é aquele que não diz amém, é aquele que nos diz que estamos no caminho errado, que precisa corrigir o rumo, que a família do Paraná está sendo penalizada. E o Reinhold Stephanes, neste momento, está sendo mais aliado do governo do que qualquer um que queira defender o governo. Ele mostra, senhor presidente, senhores deputados, que é o caminho que o Jaime e que o secretário de Finanças estão indo, não é o caminho certo, não é o caminho, mesmo com a imposição do Banco Central. É um caminho pelo qual tem que ter umas variantes de questionamento.

Acho, nobre deputado Nereu Moura, que o Reinhold Stephanes está oferecendo a sua contribuição que ficará marcada na história do Paraná, principalmente no setor financeiro de que alguma coisa não está certa e não deve ser como está sendo oferecido. Esse lance inicial de quatrocentos e poucos milhões, na avaliação patrimonial do Banco do Estado do Paraná, quem privatizar é o melhor negócio que possa existir. E, aliás, como nos meios, principalmente ali na Boca Maldita, dizem que este ano o Papai Noel de Curitiba, da região metropolitana não vai ser verde, vai ser a fotografia do Jaime Lerner para todo o sistema financeiro que aqui virá disputar o Banco do Estado. Esse é o Papai Noel. É o maior presente que vão oferecer ao sistema financeiro da nação, um Banco que só a sua carteira do cheque especial paga toda a funcionalidade administrativa do Banco. Um Banco que teve uma recuperação que sabemos e que conhecemos, vai ter o presente de Natal antecipado neste edital que está sendo oferecido.

Tenham a certeza, meus amigos parlamentares e meu presidente, de que o Paraná no dia de amanhã saberá cobrar daqueles que entregaram aquilo que era patrimônio de muitos e muitos anos. Se somos obrigados a vender, vamos vender por um preço condizente, e, acima de tudo, por uma vontade de demonstrar um valor real e não esperando ágio e fazendo um lance inicial que é vergonhoso, que não é a realidade, que não demonstra o que o Banco vale. Se já estão falando em ágio de 80% alguma coisa está errada.

Se temos que esperar primeiro a privatização do Banespa, alguém que entende de sistema financeiro deve saber perfeitamente bem o que está dizendo. Não somos da

linha do presidente do Banco do Estado, não somos como o próprio deputado Nereu que nos antecipou, podemos ser até irmãos paranaenses pelo favor que ele está tentando fazer à família paranaense alertando o governador.

Acho que hoje o maior aliado do Paraná no sistema do Banestado, o que mais defende o governador Jaime Lerner, o que mais defende o secretário de Finanças, é o senhor Reinhold Stephanes. Ele não quer que continuemos neste caminho que vai ser o atoleiro da família do Paraná. É um caminho que não tem volta, que vai levar para a desgraça e ele tenta mudar este rumo e dar a oportunidade de, mesmo privatizando contra a nossa vontade, seja a privatização feita no interesse do povo do Paraná e não no interesse do sistema financeiro nacional e principalmente daqueles trustes que vêm ao Paraná pegar tudo que é nosso. Já pegaram inúmeras companhias lucrativas do Estado e agora vêm tirar de nós o nosso coração que é o Banco do Estado do Paraná.

E, por falar em coração, tenho a certeza absoluta que o governador Jaime Lerner e seu Secretário de Finanças perderam o coração porque se o tivessem iriam ouvir o que está sendo dito pelo presidente do Banco do Estado do Paraná.

O Sr. Antonio Annibelli

Deputado Zuk, primeiro quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que vem realizando e, dizer que a figura do ex-deputado Reinhold Stephanes é uma figura respeitada em Brasília. Foi Ministro da Previdência, foi aliado dos governos, exerceu vários mandatos como deputado federal e, hoje, é 3º suplente, se não me falha a memória, do PFL.

Teve seu filho secretário da Administração do governo Jaime Lerner e hoje ele é candidato do PFL à Câmara Municipal de Curitiba.

Mas, neste episódio, não sei se pelo seu passado ou por seu prestígio em Brasília, ele está fazendo valer seu passado político defendendo as coisas do Paraná.

E, quero dizer a Vossa Excelência que ele está tentando abortar uma venda ao Bradesco do Banestado, que, parece que todo mundo já sabe e talvez até mandemos publicar antes do edital da venda qual é a empresa. Isto já aconteceu muitas vezes no Brasil. A Folha de São Paulo publicava nas entrelinhas das páginas de anúncio a empresa que seria a vencedora em muitos episódios, muitas vendas, muitas privatizações, fazendo com que pessoas tenham benefícios por fora ganhando comissões.

E, talvez esta venda do Banestado já esteja acertada e podem marcar hoje, dia 31 de agosto, que o Bradesco será o vencedor da compra da Banestado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte e gostaria de concluir deixando nos Anais desta Casa a nossa posição. Se eu tivesse um bem, um patrimônio, como pessoa física, para ser colocado em leilão por um preço mínimo e a imprensa colocasse que teria um ágio, como terá, de 50, 70, 80% acima deste valor inicial

que estou oferecendo este meu bem, eu não estaria fazendo uma coisa certa. Estaria desmerecendo o que é meu, colocando uma margem mínima num lance inicial que pode ser superado ou não, e entregando uma coisa pelo menor valor.

O Sr. Caíto Quintana

Tenho por consciência uma coisa: ágio presumido não é ágio, é desconto. Porque quando se antecipa o ágio é porque já se está reconhecendo antecipadamente que está ofertando por um valor menor que o da praça. Quer dizer, ágio presumido é desconto.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Melhor exemplo que este não poderia ser dado por um deputado e para ficar memorizado e transcrito nos Anais desta Casa de Leis.

Tenho a certeza absoluta, senhor presidente, que alguma coisa existe atrás deste lance inicial, seja nas palavras do deputado Annibelli, do deputado Caíto Quintana ou nas nossas palavras. Acho que o Reinhold Stephanes tem razão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pelo Horário da Lideranças, o PT, PPB, PFL, PSDB.

(Declinam)

Pelo PTB, com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Apenas faço tudo da tribuna porque, pelo que vi aqui, surgiu um herói hoje na imprensa do Paraná, que se chama Reinhold Stephanes.

E, quero dizer que, infelizmente, o posicionamento do presidente do Banestado e não quero fazer uma análise antecipada da sua atitude, mas, ninguém mais do que o presidente do Banestado sabe que o governo do Paraná tem compromissos firmados e prazos a serem cumpridos com o Banco Central. Se eu fosse presidente do Banestado e sabedor dos prazos que tem que ser cumpridos com o Banco Central sob pena de pagar multas, jamais faria parte da equipe do governador Jaime Lerner se não concordasse com a privatização do Banestado.

Primeiro me afastaria da equipe e depois discordaria da privatização. Agora, sabedor que é do compromisso que existe com o Banco Central sob pena de pagarmos multa se não privatizarmos o Banco dentro de um determinado prazo, fazer uma declaração desta, me desculpe o presidente do Banestado, ele está sendo injusto, incorreto e não está sendo leal como homem que faz parte de uma equipe.

E eu, como líder do Governo, quero discordar publicamente do presidente do Banestado, porque estou cansado de ver velhos políticos se aproveitarem de determinadas situações para ressurgirem das cinzas. E,

esta atitude nada mais é porque ele é sabedor que o governo do Paraná tem que cumprir estes prazos. Ele sabe disso mas aproveita um momento como este, delicado para o Paraná porque todos nós não gostaríamos de privatizar o Banestado, nem mesmo o governador Jaime Lerner.

Quem fez com que o Banestado fosse privatizado foi sua situação financeira levada ao longo do tempo e quero dizer que fico estarecido quando vejo declarações desta forma.

Ele conhece muito mais do que eu, como líder do Governo, ele tem conhecimento profundo da situação do Banestado e não gostaríamos de privatizar o Banestado, mas o Paraná, o Banco do Estado do Paraná não é nada diferente dos outros Bancos estaduais. Todos os Bancos estaduais ou já aconteceu ou está acontecendo. Quanto a avaliação do valor mínimo que falou o ilustre parlamentar Luiz Carlos Zuk quero dizer ao ilustre parlamentar que o valor mínimo foi fixado por consultorias que prestaram serviços a vários bancos estaduais que foram privatizados.

Outra questão: queremos sim um ágio na venda do Banestado. Por isso aprovamos uma lei outro dia aqui para termos ágio no Banestado. Por isso é muito fácil, aqui existe o discurso de quem está administrando e de quem está fazendo o discurso político. O discurso político naturalmente é um direito do parlamentar. Agora, temos que interpretar o que temos. Temos um problema a ser resolvido, não temos outra saída, não temos outra saída. Prova disto é que vi inclusive uma declaração do senador Osmar Dias esses dias dizendo que até poucos dias ele defendia a federalização do Banco e que agora ele dizia que não adiantava mais porque não resolveria mais o problema e que agora a única saída é a privatização.

Então, compreendo os discursos da Oposição. O que sinceramente não compreendo, é a posição do presidente do Banestado. Lamento, porque na minha vida pública tenho prezado pela lealdade. Nos momentos de maior dificuldade do governo Jaime Lerner sempre estive ao seu lado, porque você tem que ser amigo nos momentos bons e difíceis. É um momento difícil o momento de privatização do Banco? É um momento difícil. É um momento que contraria a opinião pública até por desconhecimento do problema? É um momento difícil. Mas nós que somos companheiros do governador Jaime Lerner e que nos vangloriamos da transformação que estamos fazendo neste Estado, temos que ser companheiros dele em todos os momentos. Lamento as declarações do presidente do Banestado, lamento que ele não tenha discutido esta sua posição no Conselho Interno, teria sido uma atitude muito mais leal, muito mais correta com o próprio governador Jaime Lerner.

O Sr. Cezar Silvestri

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Gostaria de deixar registrado, deputado Rossoni, que eu discordo apenas do seu pronunciamento quando

Vossa Excelência diz que todos nós gostaríamos de que o Banco do Estado não fosse privatizado.

Eu particularmente tenho uma posição clara com relação a esta questão. Sou favorável a privatização do Banestado e gostaria, se Vossa Excelência permitir, de dar as minhas razões: Estou na Assembléia Legislativa há três mandatos - ao longo destes anos, independente do governo, nós sempre ouvimos denúncias contra diretores do Banestado, não somente do Banestado, mas os jornais, do Banerj, enfim, praticamente todos os Bancos estaduais faliram, quebraram, e muitos deles acusados por má gestão de seus diretores, de envolvimento com políticos, favorecimento para políticos e eu falo isto com tranquilidade porque nem conta no Banestado eu tenho. Acredito que na verdade não há mais como a comunidade brasileira, a população brasileira arcar com estas más gestões, principalmente porque acabam refletindo no bolso da população brasileira. Então, eu particularmente tenho essa posição, sou favorável a essa privatização. Se ela deve ser feita aqui um mês, dois meses, eu não quero entrar no mérito até porque não tenho conhecimento desses prazos. Mas quero que fique registrado eu sempre fui favorável, acredito que não dá mais para vermos as coisas acontecerem da forma como estão acontecendo. Não é um privilégio do Paraná, todos eles estão praticamente falidos e os valores estão aí, são realmente valores astronômicos, são bilhões, e no Banespa hoje se fala em valores da ordem de trinta bilhões de reais, o caso do Banestado cinco milhões, o Banerj também na faixa de dois, três bilhões de reais. Então, realmente a população brasileira não pode mais suportar esses demandas que vem ocorrendo em todos os Bancos estaduais, sem exceção.

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Cesar, quando eu falei aqui, eu também comungo de sua idéia, eu sou favorável a privatização do Banco porque, de todos os Bancos estaduais, não apenas do Banestado, mas quando quis me reportar aqui falei da opinião pública, porque a opinião pública talvez não tenha conhecimento dos acontecimentos dentro do Banco do Estado ao longo da sua história, do que aconteceu, e que muita gente, muitas pessoas se locopleteram do próprio Banco e não pagaram as suas contas lá do Banco, porque o que é falência do Banco? Nada mais é do que empréstimos feitos de maneira irresponsável, em grande parte porque alguns foi casualmente de ter falido a sua empresa, e na verdade o governo do Estado como todos os outros Estados ficou com a parte podre do Banco, e para que os correntistas e os acionistas não tivessem prejuízo porque eles não tinham responsabilidade sobre a administração do Banco, o Estado teve que assumir essa responsabilidade, trouxe ao Estado um prejuízo enorme, nós sabemos disso, mas que por um dever de responsabilidade, e já disse aqui: tenho certeza absoluta que se o governador Jaime Lerner estivesse assumido o governo do Estado hoje ele jamais assumiria o Banco do Estado e

deixaria a intervenção para o Banco Central. São essas as minhas palavras. Agradeço aos senhores parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança da Oposição. Com a palavra deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, pretendo ser breve já que outros tantos compromissos todos nós temos e a sessão tem toda uma Ordem do Dia. Mas é realmente lamentável para nós que a gente fique sentado aqui ouvindo as manifestações do líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, e a defesa que ele faz da desgraça do Estado do Paraná. Ele foi contraditório pelo menos numa coisa que eu quero registrar aqui, ele disse que esta Assembléia e ele próprio entende que a venda do Banestado deva ter um ágio, e que para isso tínhamos que fortalecer o Banco, para isso tínhamos que dar condições ao comprador de manter as contas públicas, as contas dos funcionários públicos, a conta do Estado no Banco do Estado para que ele fosse fortalecido. E ele próprio, numa contradição do que diz, afirma: "Eu não tenho conta no Banestado, eu não trabalho com o Banestado".

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me concede um aparte?
(**Assentimento**)

Para não alegarem que eu me servi do Banco e não paguei contas no Banco como muita gente fez. Por isso, eu me reservo a esse direito de não ter conta no Banestado pela posição que eu ocupo como líder do Governo porque eu não quero que amanhã ou depois alguém venha dizer que eu transferi o meu débito com terceiro para não pagar a minha conta.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Perfeitamente, que bom que Vossa Excelência não fez isso.

O Sr. Cezar Silvestri

Da mesma forma quero justificar, porque perante a opinião pública, Vossa Excelência sabe, o senhor é um deputado do interior, há uma grande quantidade de pessoas que acham que nós deputados, até porque houve uma declaração infeliz de um ex-presidente do Banestado, Vossa Excelência deve lembrar, dizendo que os culpados com a situação do Banestado, Neco Garcia, era em função dos políticos, e logicamente que ele generalizou. Então, fiz questão absoluta de dizer que eu não tenho conta no Banestado porque muitas pessoas acham que quem colocou o Banestado nesta situação fomos nós políticos, e isso não é verdade, se Vossa Excelência sabe disso. Se houve pessoas que usaram indevidamente o Banestado para tirar proveito pessoal eu não sou uma delas, tanto é que nem conta eu tenho no Banco.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pois eu quero dizer que tenho conta na Agência de Ivaiporã, Centro Cívico, todos os meus funcionários que condições para isso têm conta no Banestado, e todos nós procuramos fazer, embora não tenha dito nomes, mas eu quero dizer ao deputado Valdir Rossoni, porque já disse isso em outras vezes, e todas as vezes que ele fala eu respondo aqui da tribuna, porque sei quando Vossa Excelência “daqueles que se utilizam”, Vossa Excelência está querendo pisar de novo no meu calo. eu nunca escondi que fui avalista de empresas e que fui executado, punido severamente no governo Requião, por aval que fiz a 3ªs pessoas. Mas tenho gravado fita onde o secretário Giovani Gionédís, tenho cópia de matérias e panfletos distribuídos em cima de argumentações feitas pelo deputado Durval Amaral, onde todos afirmam categoricamente: “O deputado Pessuti passou o que devia ao Banestado. Tanto que paguei que continuo tendo crédito para manter contas no Banco do Estado do Paraná.

Então, eu não gosto quando vêm com essas insinuações dizendo que é isso, que é aquilo, e que está lutando pelo banco, fortalecer o banco, e também discordo que os bancos públicos tenham sido eles apenas a desgraça do sistema financeiro deste país.

A gente será que não se lembra do que aconteceu alguns dias atrás com o Banco Marca, que o Cacciola está desaparecido, o Banco FonteCindam, o Banco Econômico, o Banco Nacional, a questão do Bamerindus que até hoje não está bem esclarecida, e tantos outros bancos, eu quero mais uma vez contestar o que disse o deputado Rossoni, ele diz: Olha, nós estamos administrando, enquanto os outros estão fazendo discurso político, deputado Rossoni, não é verdade isso, eu considero como ser “administrar um Estado” e está aqui, dados do balanço, publicado esses dias atrás: A dívida do Paraná em 1994 - 1 bilhão, 395; em 1995 - 2,3 bilhões; em 1996 - 2,4 bilhões; em 1997 - 3,4 bilhões; 1998 - 6,1 bilhões; em 1999 - 13 bilhões, 365 milhões.

Eu prefiro ficar com meu discurso político do que com uma administração dessa que em 5 anos transforma uma dívida de 1,3 numa dívida de 13,3 com toda sinceridade.

A questão do Banestado, Vossa Excelência diz que o Stephanes, eu até concordo com Vossa Excelência, que de repente pode ser até uma insubordinação, mas gostaria eu que os meus assessores, os meus subordinados, todos se insubordinassem quando eu estivesse me conduzindo pelo caminho errado. Acho que o bom assessor, o bom subordinado é aquele que mostra o erro, é aquele que mostra que o caminho que está sendo buscado não é o melhor, e o Reinhold Stephanes neste momento se insubordina, talvez até porque não teve com quem conversar porque me parece que o governador não está no estado do Paraná mais uma vez, no momento de grandes dificuldades deste Estado e num momento de grandes decisões na qual ele teria que estar aqui e infelizmente não comparece.

Concedo o aparte ao deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Inicialmente parablenzo Vossa Excelência e sou solidário, principalmente a colocação que Vossa Excelência faz a respeito de negociações com o Banco do Estado. Aliás, costumeira na vida do cidadão que tem conceito e tem prestígio, que num determinado momento sendo avalista acaba sendo executado, como avalista, mas busca soluções para os fatos e não deixa a sua imagem ser denegrida. Acho que esse assunto nem merece comentário que aumentá-lo seria discorrer como algo desnecessário.

O que eu fico impressionado é uma coisa, a Oposição nesta questão do Banestado já diversas vezes colocou dados com clareza aqui neste Plenário e foi sistematicamente contestada e ficou por isso. Vou relembrar apenas dois episódios.

Quando nós fizemos uma sessão secreta com o presidente, a diretoria e a assessoria do Banco do Estado esteve aqui inclusive o Secretário da época. Desconhecendo o sistema financeiro, não somos expert nisso para poder discutir com quem traz uma assessoria enorme para fornecerem dados.

Denunciamos daqui, o Banco do Estado do Paraná vai tomar prejuízo pelo “chuncho”, não há outra palavra, da cadeia da felicidade, na compra de precatórios pobres.

A resposta dada ali naquela Mesa pela diretoria do Banco é que nunca houve um governo que não honrasse os compromissos de títulos emitidos que a Oposição estava querendo fazer barulho.

O SR. ORLANDO PESSUTI

É verdade.

O Sr. Caíto Quintana

Está lembrado disso, está nos Anais da Casa.

Quando de leasing, recordo-me que por coincidência ou não, não foi permitido avaliação, mas foram trazidas umas pastas, deixadas sobre a mesa, o deputado Anibal Khury presidindo.

O deputado Rosinha, então na época pegou uma daquelas pastas lá na Mesa, eu estava sentado ao lado dele. Esta famosa pasta de empréstimo, de leasing, para uma empresa de fora do Paraná, de um taxista.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não seria o Rápido Laiser por acaso.

O Sr. Caíto Quintana

É. Nesta tinha um bilhete, coisa assim de guri de escola, escrito à mão, à caneta situando dados sobre o empréstimo. O endereço da empresa aqui no Paraná era o endereço do pai, do diretor de Leasing do Banco do Estado do Paraná. Era o endereço da firma.

Portanto, a firma não existia, era um endereço frio. Foram levantados esses dados todos aqui na Assembléia.

Mais uma vez a Oposição passou como denunciante falsa, que estava comprometendo a imagem do

Banco, que estava colocando o Banco perante a opinião pública, com falta de crédito, por acusações indevidas.

Está confirmado pelas próprias palavras do governo, que precisa vender o Banco, porque não recebeu os precatórios e não recebeu o leasing.

O pior, é que transferiu para o Tesouro do Estado, essas divisas que essas empresas não pagaram. Portanto, quem vai pagar são os paranaenses, do mais pobre ao mais rico, através de imposto vai ter que pagar dívidas.

Se não tivéssemos o cuidado para não denunciar, para não falar nome de empresas estabelecidas no Paraná, mas tem a relação com os nomes de débitos com o Estado até 2005/2008, que o Estado do Paraná está assumindo a dívida para poder dar a bendita liquidez ao banco, embrulha-lo como presente e entregar a alguma instituição.

Não acho que seja falta de amor pelo Paraná, que seja discurso de Oposição, entregar um patrimônio construído pelos paranaenses que foi responsável pelo desenvolvimento do nosso Estado.

Tem pessoas que podem não ter conta no Banestado, porque tem uma larga renda, pode escolher o banco. Mas a renda dos pequenos empresários e dos pequenos agricultores do nosso Estado do Paraná, que se não tiver um banco oficial que lhe forneça uma conta bancária para poder fazer as vezes, um financiamento ou empréstimo, para comprar 10 sacas de semente para plantar, o banco particular nem conta abre.

Porque exige no seu cadastro uma própria movimentação financeira.

Então acho que ficarmos sem um instrumento público para poder fazer dele o banco do interior, o banco das prefeituras, o banco dos pequenos e através do financiamento gerarmos a condição do Estado crescer, é uma barbaridade, é uma insanidade, é uma coisa que o futuro vai mostrar o grande prejuízo. Mas, sei, como Vossa Excelência como ouvi o deputado Nereu Moura dizer no seu pronunciamento: isso vai acabar ficando aqui dentro, é mais um dos tantos discursos que não vai servir para nada porque a data parece que é brasa quente na mão, de entregar o quanto antes, para que não se levante o tapete e encontre os responsáveis por aquilo que aconteceu.

Volto a fazer - neste aparte, o desafio que fiz: vamos fazer uma CPI sobre esse banco - de 83 para cá. Do primeiro governo do então MDB - pós revolução até hoje e vamos encontrar, afinal de contas, quem é que quebrou esse banco. Porque nós, temos certeza, que nós não fomos.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Concedo aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Pessuti, quero dizer a Vossa Excelência, que o presidente do Banco do Estado - Reinhold Stephanes, disse o seguinte ontem à Imprensa: Não é interessante nem para o governo do Estado, nem para o Banco Central realizar dois procedimentos de privatiza-

ção ao mesmo tempo. Ele acredita que se o leilão do Banestado fosse realizado após o do Banespa, o ágio pelo Banestado seria maior. É uma coisa mais lógica.

A questão da venda do Banco não é filosófica ou ideológica. É uma questão aritmética: soma e diminuição. O que poderia alegar: "Não, mas tem o contrato do governo do Paraná, com o Banco Central para privatizar o Banco do Estado. "Aí o presidente do Banco diz o seguinte: Para o Banestado não faria qualquer diferença o adiamento do leilão de venda por mais dois ou três meses, porque isso poderia ser adequado junto ao Banco Central.

E mais uma outra coisa: indagado sobre a possibilidade de que o ágio na compra do Banestado poderia aumentar acaso a data de venda fosse revista, Stephanes admite que o ágio seria maior se houvesse uma diferença de leilão com o Banespa.

Então, deputado Pessuti, o presidente do Banestado não merece ser crucificado por isso. Está dentro de argumentos técnicos porque ele é o presidente do Banco, defendendo a instituição que ele representa, que ele preside. Por isso que levantamos essa questão no dia de hoje.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço todos os apartes e mais uma vez afirmo aqui, como já o fizeram os deputados Caíto Quintana e Nereu Moura.

A questão que o Reinhold Stephanes coloca, não tem, evidentemente nenhum cunho político-partidário. É uma questão técnica e está explicitado. E nós aqui também não estamos fazendo nenhum discurso político partidário porque somos contra a venda do Banco do Estado do Paraná. Não estamos aqui defendendo a venda mais adiante, somos contra, queríamos que não tivesse venda nenhuma. Agora, quando o presidente do Banco atual vem e diz que o ideal seria não fazer agora o leilão, a gente sabe, deputado Caíto, vai fazer um baile com os Garotos de Ouro lá em Planalto, não é recomendável que na mesma semana se faça em Capanema com os Serranos. Porque é uma concorrência, o povo não vai poder dançar os dois bailes, ao mesmo tempo embora os dois sejam importantes.

Então vender o Banespa e o Banestado na mesma época, é lógico, não é a melhor tática do ponto de vista de quem está defendendo um ágio maior na venda do Banco. Certamente se vendermos depois o Banestado, aqueles que não conseguirem comprar o Banespa, vão ficar sedentos e com muita vontade de ter o Banestado, porque, esse sim, foi e ainda é o melhor Banco Estadual deste país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 324/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que altera a redação do Art. 1º, *caput*, da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 324/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O *caput* do Art. 1º da Lei nº 11.500, de 05 de agosto de 1996, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As Instituição de Ensino Superior (IES), mantidas pelo Estado do Paraná, ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita decorrente, dentro de limites e parâmetros que forem estabelecidos pelas próprias instituições, a título de pro-labore aos servidores que efetivamente participarem das referidas atividades”.

Art. 2º - O artigo 4º, da referida lei, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - As Instituições de Ensino Superior regulamentarão o repasse dos valores a que se refere esta lei, por meio de ato normativo aprovado nos termos de seus respectivos estatutos e regimentos e demais condições legais”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.2000.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 017/2000, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do Detran, no município de Céu Azul, com abrangência no município de Vera Cruz do Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 017/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Céu Azul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.08.2000.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 137/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública o Centro Jovem de Combate as Drogas - Cejocomd, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 219/2000, que autoriza o Poder Executivo a instituir o município de Renascença como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora da Salete. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/99, de autoria dos deputados Anibal Khury e outros, que exclui dos benefícios concedidos pela Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1992, as empresas que pratiquem ações econômicas danosas aos produtores paranaenses. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Ciretran no município de Matinhos, neste Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 011/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Execu-

tivo a criar a Ciretran no município de Matinhos, neste Estado.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à constitucionalidade da emenda oferecida pelo Plenário, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável à Emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 29.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Nereu Moura, Algaci Tulio, Ademar Traiano, Hermes Fonseca, Marcos Isfer, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, e Moysés Leônidas.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a alienar lotes de terra no município de Telemaco Borba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres do Patrimônio Selva, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 113/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, cria cursos preparatórios ao vestibular nas escolas públicas de 2º e 3º graus, da rede pública. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 016, de 17.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 113/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo criar cursos preparatórios ao vestibular nas escolas públicas de 2º e 3º graus, da rede pública.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 113/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Augustinho Zucchi, tem por finalidade criar cursos preparatórios ao vestibular nas escolas públicas de 2º e 3º graus da rede pública.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, verificamos que, de acordo com a Lei nº 9394/96 "O dever do Estado com a educação escolar pública será efetuada mediante garantia de:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; e

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio"...

A questão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio articula-se por sua vez com o que dispõe o Título V - Capítulo I.

Art. 21 - A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

Verificamos neste artigo um aspecto de máxima significância estrutural na educação brasileira, uma vez que o ensino médio passa a fazer parte da educação básica, estendendo portanto, o tempo de escolaridade obrigatória e gratuita aos cidadãos, o que se configura como um avanço significativo no contexto da sociedade brasileira.

Em se tratando do ensino médio, a lei destaca:

Art. 35 - O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de 3 anos, terá como finalidade:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológico dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A preparação básica para o trabalho e a cidadania, articulada à compreensão dos fundamentos científicos tecnológicos dos processos produtivos e a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, demonstram claramente que o Ensino Médio deve convergir para além da perspectiva do ensino meramente propedêutico e academicista, visando exclusi-

vamente o prosseguimento de estudos ou seja, o vestibular.

As diretrizes curriculares do ensino médio, normatizadas pela Resolução 03/98 e Parecer 15/98-CNE, reiteram o já definido nos artigos 35 e 36 da já referida lei, definindo princípios filosóficos, axiológicos, educacionais e pedagógicos sob os quais devem estar centradas nas bases da nova organização curricular. Como síntese demonstrativa dessa nova organização curricular, apresenta-se o paradigma curricular, presente nas seguintes diretrizes:

- prioriza a constituição de competências e capacidades cognitivas, sociais e afetivas;
- reafirma que os conteúdos ou disciplinas são meios para a constituição dessas competências e capacidade e não fins em si mesmo;
- insiste na liberdade das escolas, com base no princípio da autonomia escolar, para a eleição dos conteúdos diferenciados, próprios para cada tipo de alunado, desde que perseguindo as competências priorizadas pela lei;
- institui a interdisciplinaridade como princípio pedagógico para a organização curricular, nucleando disciplinas afins em áreas amplas de conhecimento para as quais são indicadas as competências respectivas;

- recomenda que o tratamento dos conteúdos seja contextualizado em áreas de significância para a vida do jovem, entre os quais destaca-se a do trabalho e das tarefas laborais próprias de áreas ocupacionais amplas.

Paralelamente às mudanças previstas no ensino médio e na legislação, as referentes ao ensino superior também são significativas, a exemplo da possibilidade da utilização de diferentes critérios de acesso pelas instituições de ensino superior, rompendo com a forma exclusiva do vestibular tradicional, entre os quais os critérios de utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

A política do MEC de avaliação externa, instituindo o ENEM, já iniciado em 1998, articula-se com o que a LDB determina quanto a organização pela união de processo nacional de avaliação do rendimento escolar em todos os níveis, objetivando a definição das prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

Frente ao exposto, cabe ressaltar que é, no contexto de todas as inovações apontadas pela Lei 9394/96 para o ensino médio, inclusive com a sua desvinculação do vestibular - objeto do caso em pauta - que está inserida a política do DESG/SEED (Departamento de Segundo Grau da SEED).

Neste sentido o DESG vem realizando importantes ações, com destaque para o PROEM que compreende entre outras atividades, o desenvolvimento curricular, através da qual vem sendo realizados desde 1997 os estudos para a elaboração e implantação da nova proposta curricular.

No âmbito desta atividade, em 1999, os estabelecimentos de ensino da rede estadual estão implantando

novo currículo, proposto pelos mesmos, no exercício de sua autonomia. Este currículo atende os princípios da LDB e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, objetivando a formação do cidadão sintonizado com as importantes transformações sociais que se processam numa realidade social cada vez mais complexa e num espaço de tempo gradativamente acelerado.

Esta situação exige um padrão mais elevado de escolaridade, daí a necessidade de desenvolver competências cognitivas sociais e afetivas de forma que o cidadão/aluno do ensino médio possa tomar decisões que influam positivamente na qual se insere.

Diante deste quadro, a oferta de cursos preparatórios ao vestibular nos estabelecimentos de ensino médio da rede pública não condiz, no momento, com as diretrizes nacionais que orientam as ações da SEED, que prioriza a concentração de recursos financeiros e esforços para a universalização e consolidação de uma educação básica de qualidade.

Nestas condições, somos de Parecer Desfavorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2000, de autoria do deputado Beto Richa, declara de Utilidade Pública Estadual a Escola de Educação Especial Nova Esperança, com sede e foro nesta capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83, de 20.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 209/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Escola de Educação Especial Nova Esperança, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1645, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1646, 1647, 1648 e 1649, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1650, de autoria dos senhores deputados Caíto Quintana e Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2000.

2½/2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 113, 617/99, 209 e 272/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/2000.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/2000.

Levanta-se a sessão.